

**Diagnóstico da situação da mulher na  
Administração Pública Federal**

*Franco César Bernardes*

*Marcelo Gameiro de Moura*

*Marco Antônio de Castilhos Acco*

**Texto para discussão** é uma publicação da  
Escola Nacional de Administração Pública

*Editora*

Vera Lúcia Petrucci

*Coordenador editorial*

Franco César Bernardes

*Supervisora de produção gráfica*

Fátima Cristina Araújo

*Revisão*

Karla Guimarães

Maria Elisabete Ferreira

*Editoração eletrônica*

Maria Marta da Rocha Vasconcelos

© ENAP, 1995

Acco, Marco Antônio de Castilhos.

A172d Diagnóstico da situação da mulher na Administração Pública  
Federal.:

ENAP, 1998.

25 f. (Texto para discussão, 28).

1. Administração pública - participação feminina.

2. Servidores Públicos - mulheres. I. Moura, Marcelo Gameiro

II. Bernardes, Franco César. III. Título IV. Série

CDD 350.1

Brasília - DF

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

SAIS — Área 2-A

70610-900 — Brasília - DF

Telefone: (061) 445 7095 / 445 7096

Fax: (061) 245 6189

# Diagnóstico da situação da mulher na Administração Pública Federal<sup>1</sup>

*Franco César Bernardes\**

*Marcelo Gameiro de Moura*

*Marco Antônio de Castilhos Acco*

## Sumário executivo

- As mulheres fazem parte de 44,18% do contingente de servidores da Administração Pública Federal.
- São nos Ministérios de missão social (Educação, Cultura, Saúde, Previdência e Assistência Social) que a participação feminina supera a masculina, variando de 52,45% (Ministério da Educação) a 63,38% (Ministério da Previdência e Assistência Social).
- Dos Ministérios de missão econômica e de infra-estrutura e missão administrativa, apenas os Ministérios da Indústria e Comércio e de Planejamento e Orçamento possuem mais mulheres do que homens (52,42% e 51,10%, respectivamente).
- Na média, a participação feminina nas autarquias é de 50,93% e nas fundações, 44,42%. Desagregadas, reproduzem o padrão observado na distribuição por ministério, quando considerada a sua missão.
- As mulheres, na faixa etária entre 21 e 45 anos, possuem uma representação um pouco acima da média de sua participação na Administração Pública, enquanto que os homens possuem uma representação maior, em relação a sua média, nas faixas abaixo de 20 e acima de 46 anos.
- A participação feminina em Cargos de Comissão é representada, majoritariamente, por mulheres brancas (82,8% nos cargos de DAS), segundo levantamento preliminar. Como o levantamento dos dados não seguiu critérios estatísticos de seleção de amostra, não é possível afirmar que sejam representativos.
- Dentre as 29 carreiras estruturadas de Estado, em apenas seis — Defensor Público, Oficial de Chancelaria, Analista de Pesquisa em C&T, Censor, Técnicos do Orçamento e Assistente de Chancelaria — há mais de 50% de participação feminina.

---

\* Equipe da Coordenação de Pesquisa da Diretoria de Pesquisa e Difusão  
e-mail: [pesquisa.enap@mare.gov.br](mailto:pesquisa.enap@mare.gov.br)

- São nos cargos comissionados que encontramos o maior gargalo da participação feminina na Administração Pública. Quanto maior o DAS, menor é seu preenchimento por mulheres. Enquanto as mulheres ocupam 45,53% dos DAS 1, nos DAS 6, esta proporção é de apenas 13,24%.

## **I. Introdução**

A passagem do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, recorrentemente suscita a questão do papel que ela vem assumindo na sociedade brasileira. Do questionamento da função quase exclusiva de mantenedora da organização doméstica e cuidado dos filhos a problemas mais graves de abuso e assédio sexual, e maiores e melhores condições de trabalho, a discussão da condição feminina está na ordem do dia.

A atual administração federal observa atentamente tais características da situação da condição feminina. O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e o Ministério da Justiça elegeram, em exposição de motivos interministerial, a necessidade de propor um conjunto de ações, visando promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na função pública. Tal comprometimento origina-se na obrigação de cumprir e aperfeiçoar mandamento de preceito constitucional. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 3º - IV, já estatui como um dos objetivos principais da República Federativa do Brasil "promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" e o artigo 5º - I, estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

O presente trabalho, desenvolvido pela Diretoria de Pesquisa e Difusão da ENAP, tem como escopo apresentar um diagnóstico da condição das servidoras federais, comparando-o com a situação nas mesmas condições dos servidores masculinos. Nesse diagnóstico, apresentam-se dados sobre a inserção do segmento feminino na administração pública federal: distribuição por ministérios em geral e por missão institucional, por natureza jurídica (autarquias e fundações), por faixa etária, por cargos e carreiras, por inscrição e habilitação em concursos públicos e por cargos comissionados (DAS). Na primeira parte, serão apresentados os dados levantados junto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Em paralelo, são elaboradas observações acerca dos aspectos mais relevantes no tocante a estas distribuições.

## II. Participação feminina na Administração Pública Federal

A população brasileira economicamente ativa corresponde a 106.189.558 habitantes. Desse contingente, a maioria é de mulheres: 55.097.717 (51,89%) e 51.088.841 (48,11%) são homens.<sup>2</sup> Contudo, essa proporção se modifica na administração pública. Nessa esfera, elas compõem uma parcela de 44,18% dos empregados: 234.188 num universo de 530.092.<sup>3</sup> A tabela 1 apresenta o demonstrativo do efetivo nos órgãos federais da administração direta e indireta.

**Tabela 1: Servidores federais na administração direta e indireta\***

<b>Composição</b>					
	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>
<b>Administração Direta</b>					
Min. da Justiça	10968	1654	15,08	9314	84,92
Min. da Agricultura	11651	2687	23,06	8964	76,94
Presidência da República	2377	630	26,50	1747	73,50
Min. da Ciência e Tecnologia	2510	769	30,64	1741	69,36
Min. das Relações Exteriores	3045	1179	38,72	1866	61,28
Min. das Minas e Energia	1060	427	40,28	633	59,72
Min. da Fazenda	26177	10847	41,44	15330	58,56
Min. do Meio Ambiente	438	187	42,70	251	57,30
Min. das Comunicações	1206	539	44,70	667	55,30
MARE	1079	494	45,78	585	54,22
Min. dos Transportes	1016	468	46,06	548	53,94
Min. do Trabalho	7702	3564	46,27	4138	53,73
Min. do Planejamento	1280	654	51,10	626	48,90
Min. da Ind., Com. e Turismo	744	390	52,42	354	47,58
Min. da Educação e do Desporto	3491	1831	52,45	1660	47,55
Min. da Cultura	368	199	54,08	169	45,92
Min. da Saúde	77840	43202	55,50	34638	44,50
Min. da Previdência	1513	959	63,38	554	36,62
Ex-territórios	25135	15274	60,77	9861	39,23
Acre		27	26,47	75	73,53
Amapá		4682	56,59	3592	43,41
Roraima		5282	62,61	3155	37,39
Rondônia		5283	63,48	3039	36,51
<i>Subtotal</i>	<i>179600</i>	<i>85954</i>	<i>47,86</i>	<i>93646</i>	<i>52,14</i>

\* Não incluídas as empresas estatais, de economia mista, nem as fundações universitárias.

(Continuação...)

<b>Composição</b>					
	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>
<b>Autarquias</b>					
DNER	4147	1032	24,89	3115	75,11
DNOCS	2450	617	25,18	1833	74,82
IBAMA	5673	1738	30,67	3935	69,33
INMETRO	867	269	31,03	598	68,97
Comissão de Valores Mobiliários	380	123	32,37	257	67,63
SUDENE	1065	347	32,58	718	67,42
Departamento Nacional de Produção Mineral	891	332	37,26	559	62,74
SUDAM	577	225	39,00	352	61,00
SUFRAMA	354	139	39,27	215	60,73
IPHAN	1393	584	41,92	809	58,08
Superint. de Seguros Privados	302	128	42,38	174	57,62
CADE	58	25	43,10	33	56,90
Inst. Brasileiro de Turismo	188	88	46,81	100	53,19
INPI	593	283	47,72	310	52,28
Fund.Nac. de Desenv.da Educação	526	273	51,90	253	48,10
Inst. Nac. de Estudos e Pesq.Educ.	117	66	56,41	51	43,59
INSS	44514	26372	59,24	18142	40,76
<i>Subtotal</i>	<i>64095</i>	<i>32641</i>	<i>50,93</i>	<i>31454</i>	<i>49,07</i>
<b>Fundações</b>					
Fundação Nac. de Saúde	41485	8735	21,06	32750	78,94
IPEA	458	151	32,97	307	67,03
Fundação Nac. do Índio	3620	1294	35,75	2326	64,25
IBGE	8532	3148	36,90	5384	63,10
Centro de Tecnol. p/ Informática	171	64	37,43	107	62,57
CNPq	1883	812	43,12	1071	56,88
ENAP	192	90	46,88	102	53,12
Fundação Joaquim Nabuco	486	242	49,80	244	50,20
Fundação Oswaldo Cruz	3197	1656	51,80	1541	48,20
Fundação Alexandre Gusmão	47	26	55,32	21	44,68
Fundação Casa de Rui Barbosa	115	66	57,40	49	42,60
Fundação Bibliot. Nacional	447	265	59,30	182	40,70
Fundação Cultural Palmares	32	19	59,38	13	40,62
CAPES	163	103	63,20	60	36,80
<i>Subtotal</i>	<i>60828</i>	<i>16671</i>	<i>27,41</i>	<i>44157</i>	<i>72,59</i>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>304523</b>	<b>135266</b>	<b>44,42</b>	<b>169257</b>	<b>55,58</b>

Fonte: SRH/MARE

Cumpra observar que é na Administração Pública o *locus* onde as mulheres disputam mais equilibradamente as chances a um posto de trabalho. Carmem Barroso (*Revista do Serviço Público*, vol. 116, n. 3, p. 12, jul/out 1988) aponta algumas razões para isso:

1. O Estado provê serviços tradicionalmente feitos por mulheres no âmbito familiar, como previdência e assistência social, serviços médicos e paramédicos e de educação;

2. a crescente deterioração dos salários dos servidores torna-os menos atrativos aos homens, demonstrando que a realidade salarial feminina é inferior à masculina;

3. atitude menos discriminatória do Estado nas contratações, elevado a preceito constitucional. O ingresso no serviço público ocorre mediante concurso de provas e títulos, que medem a aptidão intelectual e o mérito do candidato.

Segundo critérios estabelecidos pelo governo canadense, em classificação apresentada pelo Conselho do Tesouro do Canadá, os ministérios podem ser tipificados conforme sua missão institucional, ou seja, objetivos e atribuições gerais de cada órgão da administração direta, autarquia e fundação. Embora sua utilização na realidade brasileira não seja corrente, sua importância reside no fato de permitir a observação privilegiada dos vários segmentos estatais. Adaptando-a ao cenário nacional, pode-se classificar os órgãos da administração federal brasileira pelas seguintes missões:

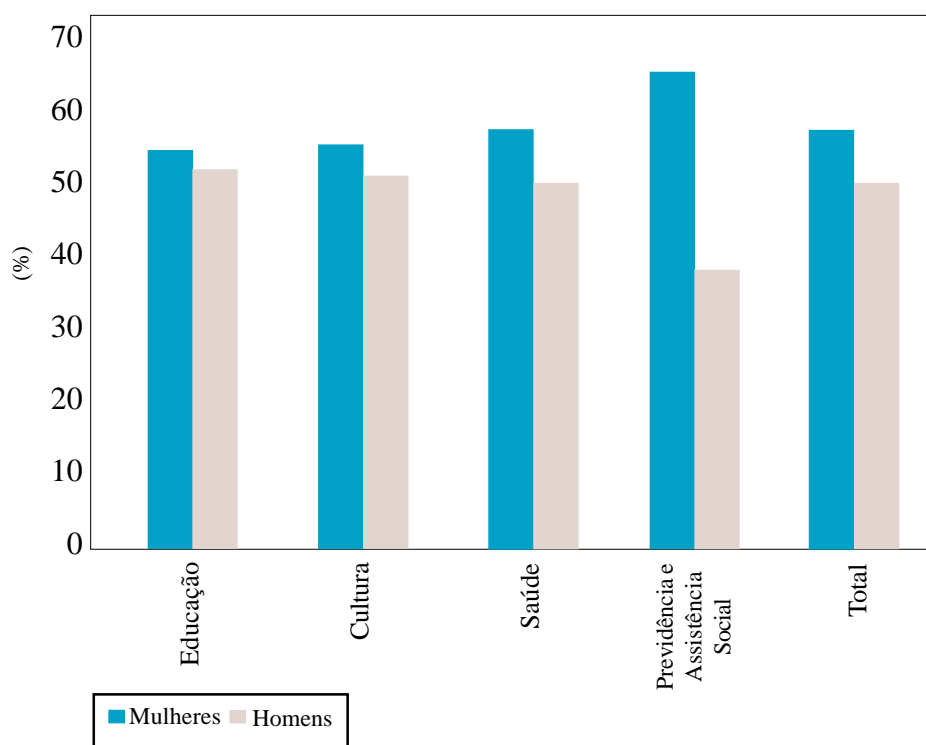
1. missão econômica e de infra-estrutura, onde se incluem os ministérios da Fazenda, das Comunicações, dos Transportes, do Trabalho, das Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, da Indústria, Comércio e Turismo, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o da Agricultura;

2. missão social, onde se incluem os ministérios da Cultura, da Educação, da Saúde e o da Previdência e Assistência Social;

3. missão introversa, onde se tem os ministérios do Planejamento, da Administração Federal e Reforma do Estado, das Relações Exteriores e o da Justiça.

Com relação ao primeiro ponto exposto por Barroso, dados levantados junto ao MARE confirmam seu argumento e demonstram que as mulheres, além de terem chances de obtenção de um posto de trabalho no serviço público, representam a maioria dos servidores nas áreas consideradas sociais dos serviços públicos, como demonstrado no gráfico 1.<sup>4</sup>

**Gráfico 1: Servidores federais em ministérios de missão social**



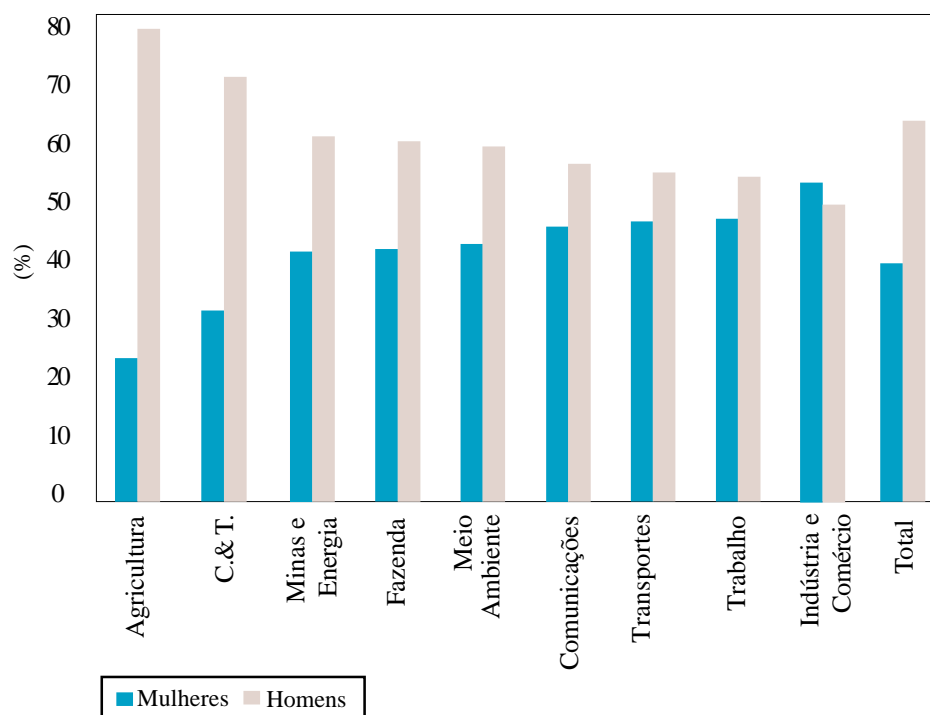
Fonte: SRH/MARE

Destacando-se, nesta área, o ministério da Previdência e Assistência Social e o ministério da Saúde, onde encontramos um número de servidoras equivalente a 63,38% e 55,50%, respectivamente, que têm em seus quadros grande número de assistentes sociais, paramédicos, nutricionistas, entre outros, colocações consideradas tipicamente femininas.

Na outra ponta, observa-se que os ministérios com missão econômica e de infra-estrutura apresentados no gráfico 2 comportam em seus quadros na sua maior parte homens. Como são compostos de profissões técnicas historicamente ocupadas por homens — engenheiros, geólogos, economistas e advogados — as mulheres ainda não conseguiram uma ocupação mais equitativa. À exceção do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, todos os outros compõem-se majoritariamente por homens.



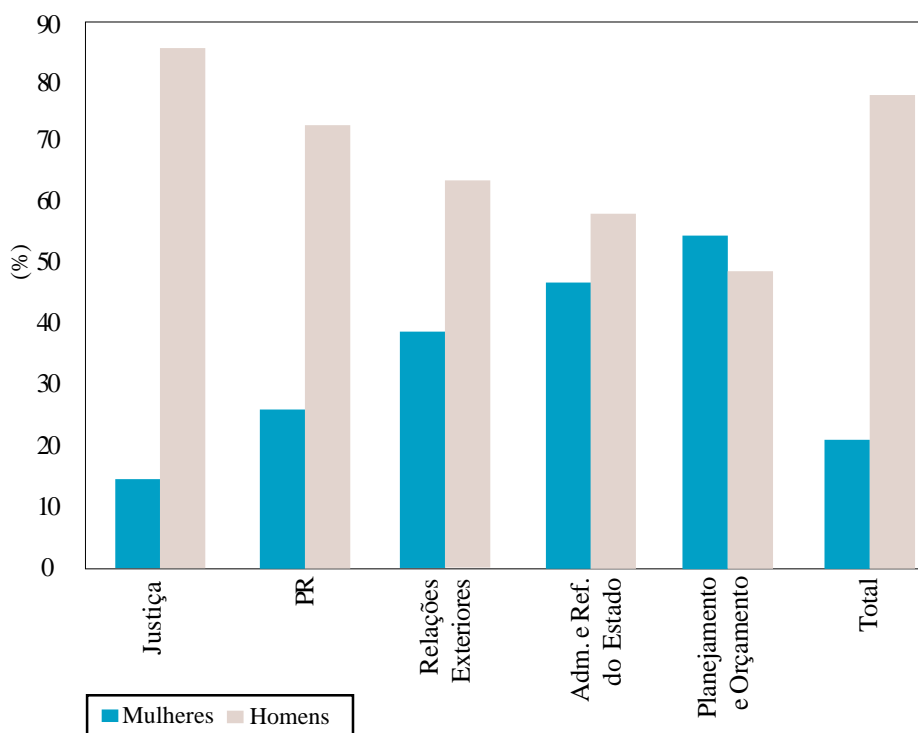
**Gráfico 2: Servidores federais em ministérios de missão econômica e de infra-estrutura**



Fonte: SRH/MARE.

Os ministérios pertencentes à área administrativa seguem a mesma tendência, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3: Recursos Humanos segundo os ministérios de missão introversa**



Fonte: SRH/MARE

Ressalte-se que a participação feminina no Ministério da Justiça é a menor em toda a administração pública federal. O Ministério do Planejamento e Orçamento, onde poderia ser esperado um maior número de servidores masculinos, dada a profusão de profissões historicamente ocupadas por homens, como economistas e engenheiros, agrupa uma participação feminina semelhante à da população economicamente ativa.

Na administração indireta, a situação modifica-se ligeiramente. Olhando-se as autarquias federais, o contingente feminino e masculino no agregado mostra-se mais equilibrado, com 50,93% de mulheres e 49,07% de homens. Contudo, ao se ater mais demoradamente aos dados, pode-se encontrar uma certa dispersão.

**Tabela 2: Servidores federais nas autarquias**

	Composição				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
DNER	4147	1032	24,89	3115	75,11
DNOCS	2450	617	25,18	1833	74,82
IBAMA	5673	1738	30,67	3935	69,33
INMETRO	867	269	31,03	598	68,97
Comissão de Valores Mobiliários	380	123	32,37	257	67,63
SUDENE	1065	347	32,58	718	67,42
Departamento Nacional de Produção Mineral	891	332	37,26	559	62,74
SUDAM	577	225	39,00	352	61,00
SUFRAMA	354	139	39,27	215	60,73
IPHAN	1393	584	41,92	809	58,08
Superint. de Seguros Privados	302	128	42,38	174	57,62
CADE	58	25	43,10	33	56,90
Inst. Brasileiro de Turismo	188	88	46,81	100	53,19
INPI	593	283	47,72	310	52,28
FNDE	526	273	51,90	253	48,10
INEP	117	66	56,41	51	43,59
INSS	44514	26372	59,24	18142	40,76
<b>TOTAL</b>	<b>64095</b>	<b>32641</b>	<b>50,93</b>	<b>31454</b>	<b>49,07</b>

Fonte: SRH/MARE

Em pelo menos sete das autarquias pesquisadas, há uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres. Estas chegam a superar numericamente os homens em três delas: na Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Esta participação repete o que se observou nos ministérios de missão social. Os homens se

sobressaem em número nas autarquias "econômicas" e de "infra-estrutura", como a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o IBAMA e a SUDENE.

O mesmo padrão de composição é verificado na distribuição funcional das fundações. Aquelas relacionadas à missão de infra-estrutura e econômica agregam um maior contingente masculino, como é o caso do Centro de Tecnologia para Informática, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apesar de esta última se vincular a um ministério administrativo ou introverso que é o Ministério do Planejamento. A exceção cabe à Fundação Nacional de Saúde, que comporta um número bem superior de homens. As mulheres superam os homens na Fundação Casa de Ruy Barbosa, Fund. Biblioteca Nacional, Fund. Nacional Palmares e na CAPES, como indica a tabela 3.

**Tabela 3: Servidores federais por fundações**

	Composição				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
Fundação Nac. de Saúde	41485	8735	21,06	32750	78,94
IPEA	458	151	32,97	307	67,03
Fundação Nac. do Índio	3620	1294	35,75	2326	64,25
IBGE	8532	3148	36,90	5384	63,10
Centro de Tecnol. p/ Informática	171	64	37,43	107	62,57
CNPq	1883	812	43,12	1071	56,88
ENAP	192	90	46,88	102	53,12
Fundação Joaquim Nabuco	486	242	49,80	244	50,20
Fundação Oswaldo Cruz	3197	1656	51,80	1541	48,20
Fundação Alexandre Gusmão	47	26	55,32	21	44,68
Fundação Casa de Rui Barbosa	115	66	57,40	49	42,60
Fundação Bibliot. Nacional	447	265	59,30	182	40,70
Fundação Cultural Palmares	32	19	59,38	13	40,62
CAPES	163	103	63,20	60	36,80
<b>TOTAL</b>	<b>60828</b>	<b>16671</b>	<b>27,41</b>	<b>44157</b>	<b>72,59</b>

Fonte: SRH/MARE

### III. Distribuição dos servidores públicos por idade

Em relação à faixa etária, a tabela 4 demonstra que, no intervalo entre 21 e 45 anos, as mulheres possuem uma representação um pouco acima da média de sua participação na Administração Pública (44,18%), enquanto que

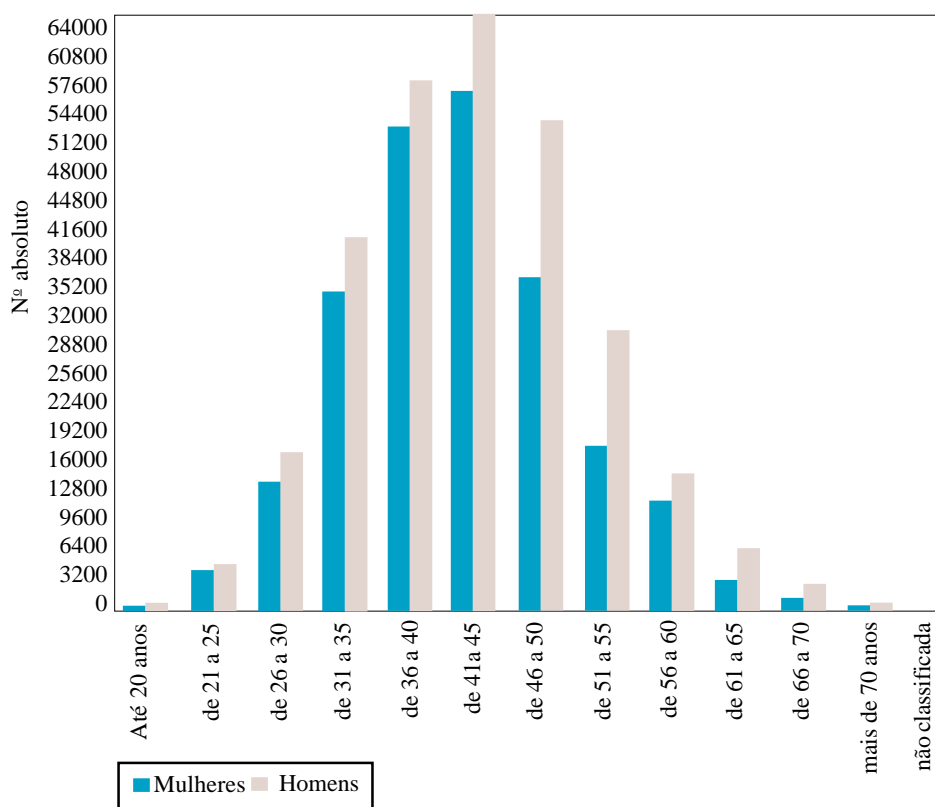
os homens possuem uma representação maior, em relação a sua média, nas faixas abaixo de 20 e acima de 46 anos. Em outras palavras, naqueles intervalos, as mulheres possuem uma representação de 44,80% a 47,86%, enquanto que sua participação geral encontra-se em 44,18%. A partir dos 60 anos, esta percentagem cai significativamente, o que pode em parte ser explicado pelo direito das mulheres se aposentarem cinco anos mais cedo do que os homens. Se compararmos estes dados com o fato de quase 58,63% dos servidores públicos terem idades entre 31 e 45 anos, torna possível levantar a hipótese de melhoria da participação feminina, mesmo que lentamente. Por outro lado, a falta de séries históricas sobre o perfil do Serviço Público torna difícil sua comprovação. Este argumento está melhor visualizado no gráfico 4.

**Tabela 4: Servidores federais por faixa etária**

Composição					
Faixa etária	Total	Mulheres	%	Homens	%
Até 20 anos	409	164	40,10	245	59,90
de 21 a 25	10060	4793	47,64	5267	52,36
de 26 a 30	31176	13967	44,80	17209	55,20
de 31 a 35	76708	35271	45,98	41437	54,02
de 36 a 40	112497	53844	47,86	58653	52,14
de 41 a 45	121570	57809	47,55	63761	52,45
de 46 a 50	91134	37087	40,70	54047	59,30
de 51 a 55	48106	17818	37,04	30288	62,96
de 56 a 60	23597	8864	37,56	14733	62,44
de 61 a 65	10456	3349	32,03	7107	67,97
de 66 a 70	3738	1041	27,85	2697	72,15
mais de 70 anos	566	147	25,97	419	74,03
não classificada	75	34	45,33	41	54,67
<b>Total</b>	<b>530092</b>	<b>234188</b>	<b>44,18</b>	<b>295904</b>	<b>55,82</b>

Fonte: SRH/MARE

**Gráfico 4: Servidores federais por faixa etária**



Fonte: SRH/MARE

#### **IV. Participação feminina na administração pública federal por cor/origem étnica**

Uma das demandas sobre o Diagnóstico da Situação da Mulher na Administração Pública Federal foi a realização de uma averiguação da participação feminina por cor/origem étnica. Antes de passarmos aos dados, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre seu levantamento.

Em primeiro lugar, não foi possível obter informações sobre a estratificação étnica e de cor no contingente total da Administração Pública. Os dados disponíveis referem-se apenas aos cargos em comissão (DAS, Cargos de Direção e Funções Gratificadas). Estes dados foram obtidos através de um "Comunica" (Mensagem nº 330862 de 24 de março de 1998/MARE), encaminhado a todos os órgãos setoriais e seccionais de recursos humanos da Administração Pública Federal pela Secretária-Executiva do MARE, Dra. Cláudia Costin, e pela Presidenta da Fundação Cultural Palmares, Dra. Dulce Maria Pereira.

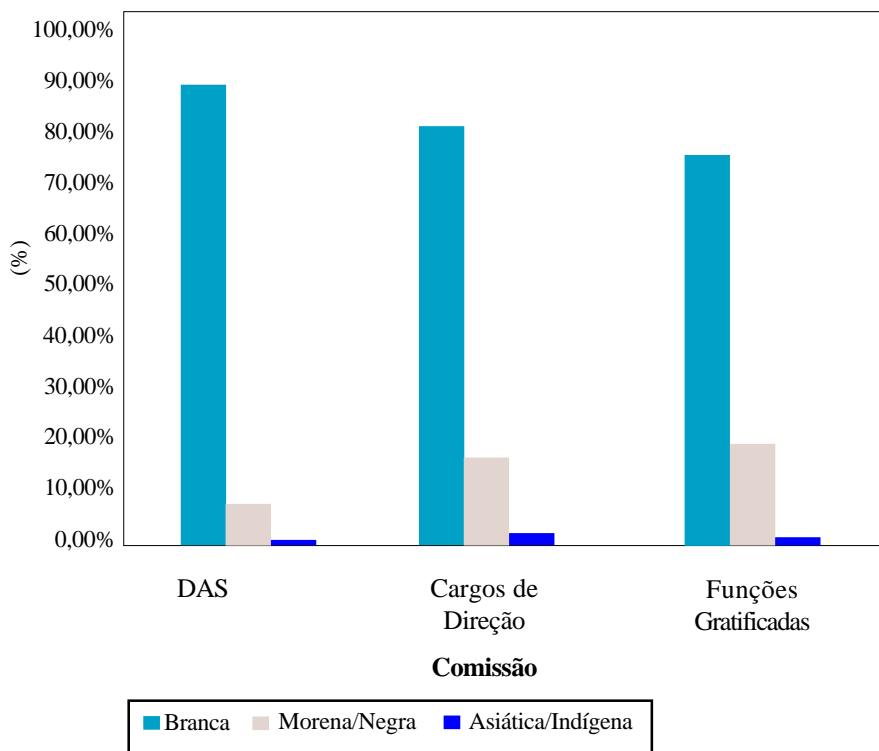
São nas respostas deste documento que temos o segundo problema: nem todas instituições as enviaram. De um total de 6890 DAS's ocupados por mulheres, recebemos dados referentes a apenas 1692 (24,55% do total). Como o levantamento dos dados não seguiu critérios estatísticos de seleção de amostra, não é possível afirmar que sejam representativos. Os dados obtidos sobre os Cargos em Comissão e às Funções Gratificadas totalizam apenas 279 e 253, respectivamente.

Em terceiro lugar, o envio de dados ocorreu de forma descentralizada, ou seja, cada órgão setorial e seccional ficou incumbido de coletar as informações sobre seus recursos humanos. Isto dificultou a organização, totalização e controle sobre as informações prestadas. Também não foi possível comparar os dados obtidos com as informações gerais (número total de cargos comissionados por órgão, estratificado por gênero) dos respectivos órgãos, muito menos com a representação masculina estratificada por cor/origem étnica.

Tendo em vista essas considerações, optamos por apresentar apenas o total dos dados obtidos, mencionados acima. O "Comunica" solicitou aos órgãos que informassem "o quantitativo de mulheres ocupantes de cargos em comissão, por cor/ origem étnica", mencionando as seguintes categorias: branca, negra, indígena e asiática. Como algumas respostas incluíram a categoria morena, optamos, no Gráfico 5, por agrupar as informações em três categorias básicas: branca, morena/negra e asiática/indígena. Para uma visualização mais detalhada das informações, apresentamos os dados desagregados na Tabela 5. Vejamos os dados:

### Gráfico 5: Participação das mulheres em cargos de comissão por cor/origem étnica

Fonte: MARE



É possível perceber que a participação feminina é representada majoritariamente por mulheres brancas. A ocupação dos 1692 DAS por morena/negra e asiática/indígena é de apenas 8,04% e 0,82%, respectivamente. Nos cargos de

Direção e nas Funções Gratificadas esta situação é levemente atenuada. No primeiro caso, as mulheres brancas ocupam 82,80%, enquanto que as morena/negra ficam com 15,77% e as asiática/indígena, 1,43%. Para as Funções Gratificadas os números são, respectivamente, 77,87%, 20,95% e 1,19%. Cabe lembrar que os dados não são estatisticamente representativos e, por isso, torna-se necessária toda cautela na sua interpretação.

**Tabela 5: Servidoras federais por cor/origem étnica**

Comissão	Origem Étnica/Cor					TOTAL
	Branca	Indígena	Morena	Negra	Asiática	
DAS	1542	1	85	51	13	<b>1692</b>
CD	231	0	22	22	4	<b>279</b>
FG	197	0	34	19	3	<b>253</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1970</b>	<b>1</b>	<b>141</b>	<b>92</b>	<b>20</b>	<b>2224</b>

Fonte: MARE

## V. Carreiras de Estado

Ao se analisarem os quantitativos de carreiras estruturadas de Estado, como as de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, de Orçamento/Finanças e Controle, Jurídica, Diplomática, de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e da Polícia Federal, os resultados também indicam a preponderância masculina. Dentre 29 cargos, apenas 6 — Defensor Público, Oficial de Chancelaria, Analista de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Censor, Técnico de Orçamento e Assistente de Chancelaria — têm mais de 50% de participação feminina. Os demais são majoritariamente compostos por homens, destacando-se a baixa participação feminina nas carreiras da Polícia Federal e de Pesquisa em Ciência e Tecnologia.

**Tabela 6: Servidores federais nas carreiras de Estado**

Cargo/Carreira	Composição				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
<b>Gestão</b>	<b>2777</b>	<b>1193</b>	<b>42,96</b>	<b>1584</b>	<b>57,04</b>
Especialista em Políticas e Gestão Governamental	180	41	22,78	139	77,22
Analista de Orçamento	159	48	30,19	111	69,81
Analista de Finanças e Controle	821	275	33,50	546	66,50
Técnico de Finanças e Controle	1459	736	50,45	723	49,55
Técnico de Orçamento	158	93	58,86	65	41,14

(... continuação)

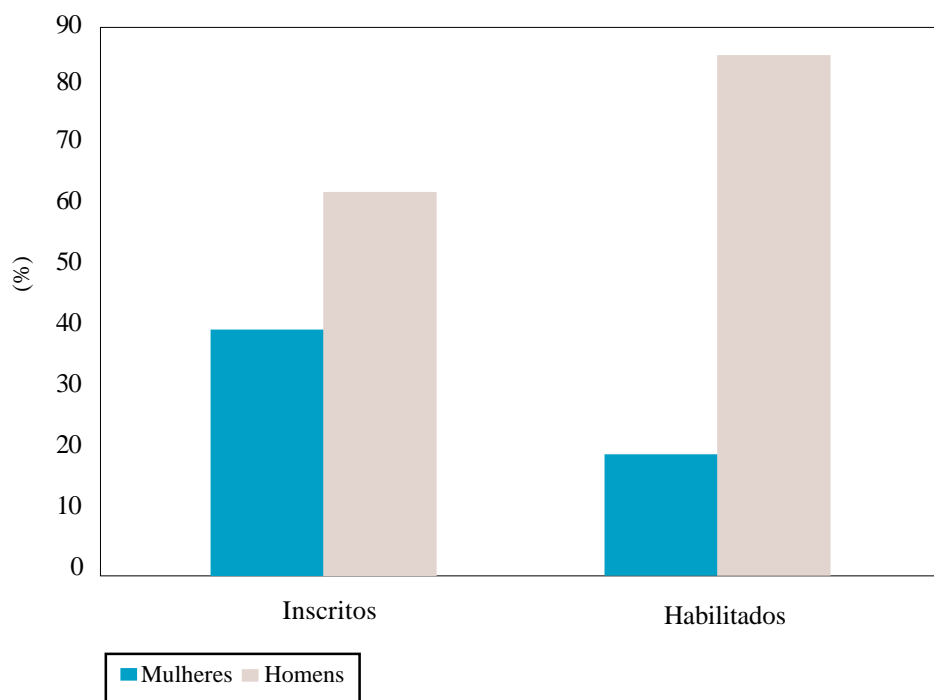
<b>Composição</b>					
Cargo/Carreira	Total	Mulheres	%	Homens	%
<b>Auditoria</b>	<b>13860</b>	<b>4823</b>	<b>34,80</b>	<b>9037</b>	<b>65,20</b>
Auditor Fiscal do Tesouro Nacional	7205	1938	26,90	5267	73,10
Técnico do Tesouro Nacional	6655	2885	43,35	3770	56,65
<b>Carreira Jurídica</b>	<b>3507</b>	<b>1475</b>	<b>42,06</b>	<b>2032</b>	<b>57,94</b>
Procurador da Fazenda Nacional	341	124	36,36	217	63,63
Advogado/Assistente Jurídico AGU	37	14	37,84	23	62,16
Advogado/Procurador de Autarquias e Fundações	2229	948	42,53	1281	57,47
Procurador do INSS	877	374	42,65	503	57,35
Defensor Público	23	15	65,22	8	34,78
<b>Diplomacia</b>	<b>2237</b>	<b>914</b>	<b>40,86</b>	<b>1323</b>	<b>59,14</b>
3º Secretário a Ministro de 1ª classe	961	174	18,11	787	81,89
Assistente de Chancelaria	669	376	56,20	293	43,80
Oficial de Chancelaria	607	364	59,97	243	40,03
<b>Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia</b>	<b>25380</b>	<b>9976</b>	<b>39,31</b>	<b>15404</b>	<b>60,69</b>
Auxiliar	699	213	30,47	486	69,53
Técnico	9293	3287	35,37	6006	64,63
Pesquisador	1876	756	40,30	1120	59,70
Tecnologista	4139	1670	40,35	2469	59,65
Assistente	7338	2987	40,71	4351	59,29
Auxiliar Técnico	51	21	41,18	30	58,82
Assistente	173	84	48,55	89	51,45
Analista	1811	958	52,90	853	47,10
<b>Polícia Federal</b>	<b>6588</b>	<b>745</b>	<b>11,31</b>	<b>5843</b>	<b>88,69</b>
Agente	4520	275	6,08	4245	93,92
Delegado	549	45	8,20	504	91,80
Perito	223	53	23,77	170	76,23
Escrivão	1033	265	25,65	768	74,35
Papiloscopista	176	50	28,41	126	71,59
Censor	87	57	65,52	30	34,48
<b>TOTAL</b>	<b>54349</b>	<b>19126</b>	<b>35,19</b>	<b>35223</b>	<b>64,81</b>

Fonte: SRH/MARE

Essa disparidade pode ser explicada em parte pela baixa proporção de mulheres inscritas nos concursos públicos. Dados colhidos junto à Secretaria de Recursos Humanos do MARE mostram que em média, para cada dez inscritos, seis são homens e quatro mulheres. O que os gráficos 6 a 8 chamam a atenção é, que a taxa inscritos/habilitados não segue a mesma proporção: de cada dez habilitados (ou seja, que passaram nos concursos), oito são homens e dois são mulheres.

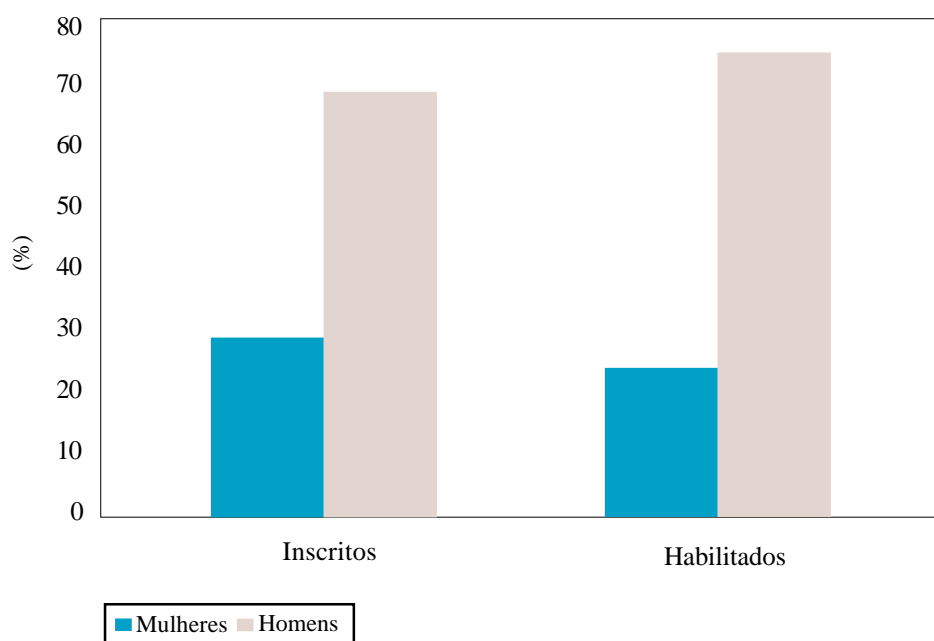


**Gráfico 6: Concurso de Gestor de 1997**



Fonte: SRH/MARE

**Gráfico 7: Concurso de Analista de Orçamento de 1997**



Fonte: SRH/MARE

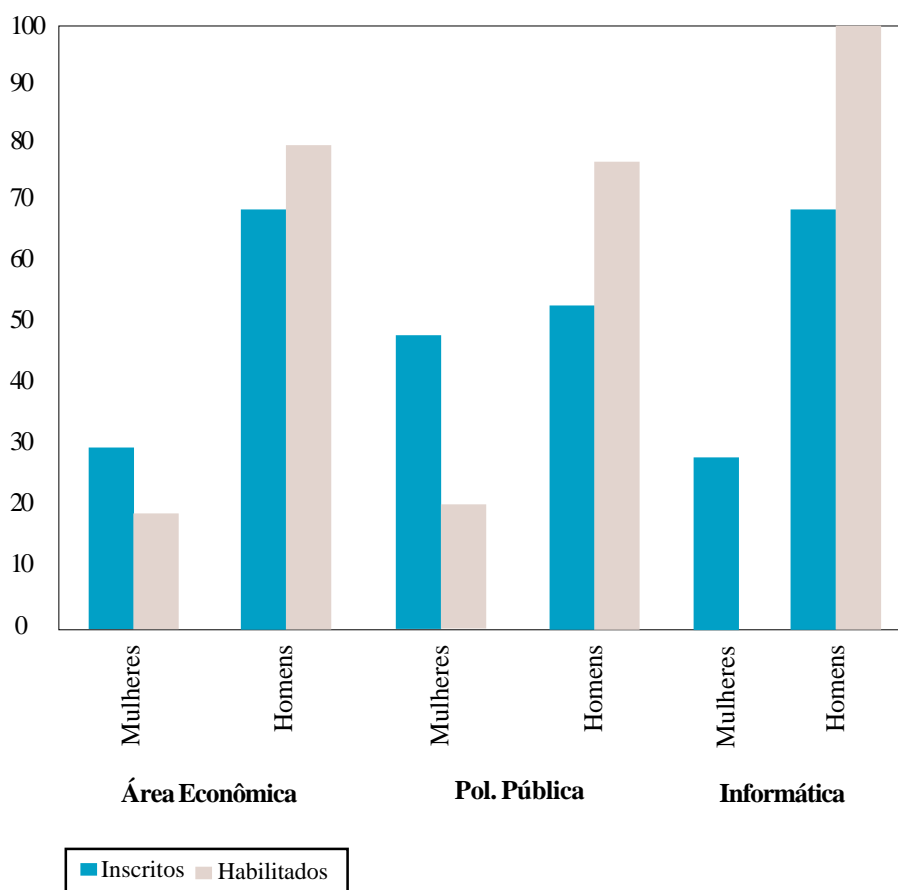
Do total de 3252 candidatos ao concurso de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no ano de 1997, 1262 (38,81%) foram mulheres e 1990 (61,19%) foram homens, na proporção de 1 candidata para 1,57

candidato. Daqueles que se habilitaram, a taxa cai para 16,67% mulheres e 83,33% de homens, perfazendo uma proporção de uma habilitada para cinco aprovados.

Percebe-se o mesmo padrão no concurso de Analista de Orçamento de 1997. De 707 inscritos, 212 (30,0%) eram mulheres e 495 (70,0%), homens, numa proporção de 1/2,33. A taxa de aprovação alcança 27 mulheres (24,55%) e 83 homens (75,45%), uma proporção de 1 mulher para 3,07 homens.

O perfil dos inscritos e dos habilitados no concurso de Técnico de Planejamento e Pesquisa de 1997 não difere. Na área econômica, dos 305 inscritos, 95 eram mulheres (31,15%) e 210, homens (68,85%), o que proporciona uma taxa de 1/2,21. Habilitaram-se 5 mulheres (18,52%) e 22 homens (81,48%), numa proporção de 1/4,4.

**Gráfico 8: Concurso Técnico de Planejamento e Pesquisa**



Fonte: SRH/ MARE

Nas áreas de políticas públicas, inscreveram-se 220 pessoas, das quais 103 (46,82%) eram mulheres e 117 (53,18%), homens, habilitando-se duas (22,22%) mulheres e sete (77,78%) homens. Na área de informática, 114 (28,93%) mulheres e 280 (71,07%) homens se inscreveram, onde as dez vagas foram preenchidas por homens.

## VI. Cargos comissionados

Quanto à participação feminina nos cargos em comissão, observa-se que o número de mulheres em postos de gerência é inversamente proporcional ao nível decisório associado a estes postos. Isto significa que, quanto mais alto o DAS, menor é a participação de mulheres, como explicitado na tabela a seguir:

**Tabela 7: Servidores federais por cargos em comissão**

Nível/Função	Composição				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
DAS 1	6684	3043	45,53	3641	54,47
DAS 2	5851	2332	39,86	3519	60,14
DAS 3	2426	918	37,84	1508	62,16
DAS 4	1662	489	29,42	1173	70,58
DAS 5	546	90	16,48	456	83,52
DAS 6	136	18	13,24	118	86,76
TOTAL	17305	6890	39,82	10415	60,18

Fonte: SRH/MARE.

Mesmo representando 44,18% do quadro efetivo da administração pública federal, as mulheres ocupam apenas 39,82% dos cargos em comissão, sendo 13% nos DAS-6, 16% nos DAS-5 e 29% nos DAS-4. A partir daí, em cargos de níveis intermediários e operacionais, as mulheres obtêm uma participação um pouco melhor: 37,84% dos DAS-3, 39,86% dos DAS-2 e 45,53% dos DAS-1.<sup>5</sup>

Essa restrita participação aos cargos de direção e gerência não são características exclusivas da Administração Pública brasileira, cuja cultura é renitente a aceitar a mulher como participante efetiva, decidindo e administrando. Países anglo-saxões portam uma característica semelhante. Na Grã-Bretanha, por exemplo, as mulheres perfazem o total de 48,7% dos servidores do *Civil Service*, mas desse montante, 35% situam-se no nível executivo básico, 15% no intermediário (*Open Structure*) e apenas 9% no superior (*Senior Open Structure*). Os índices para o nível executivo superior nos Estados Unidos da América, na Austrália e no Canadá são 16,5% para os dois primeiros países e 18,3% para o último.<sup>6</sup>

## VII. Considerações finais

Os dados apresentados nesta pesquisa demonstram que, no geral, a participação feminina não é tão discrepante quanto a sua representação na PEA. Todavia, averiguando-se as informações desagregadamente, percebe-se que existem verdadeiros gargalos sobre a participação feminina. São eles: os ministérios de missão econômica e de infra-estrutura e os de missão introversa,

à exceção do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério do Planejamento e Orçamento; os cargos em comissão, cuja ocupação feminina é inversamente proporcional ao nível decisório a ele associado.

No que se refere ainda aos DAS, se tomarmos este fenômeno em perspectiva comparada, é possível observar que o caso brasileiro não é excepcional: a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Canadá apresentam perfis semelhantes.

Perspectivas ou tendências de mudança deste contexto são os pontos de mais difícil avaliação. Isto ocorre pela ausência de dados em série histórica, uma vez que a existência de números consolidados sobre o funcionalismo público é recente. Portanto, o máximo que as informações disponíveis permitem, é levantar hipóteses de alteração deste panorama.

Uma hipótese já apresentada baseia-se na distribuição de recursos humanos por faixa etária. Observa-se que as mulheres possuem uma representação acima de sua média (44,18%) na Administração Pública, em intervalos de idade que hoje concentram a maioria dos servidores. Isto pode significar que o percentual de ocupação feminina dos cargos da Administração Pública regidos por concurso público esteja melhorando, uma vez que as faixas de 45 a mais de 70 concentram funcionários que se aposentarão no curso de 20 anos, e, portanto, as faixas inferiores preencherão estes espaços. Por outro lado, se a tendência presente nos três concursos públicos analisados neste trabalho puder ser generalizada, teríamos um movimento contrário. A própria falta de utilização de critérios estatísticos impossibilita essa inferência, já que além da amostra possuir um tamanho muito reduzido, ela não foi selecionada aleatoriamente. Ademais, como salientado anteriormente, a falta de séries históricas impede tanto a comprovação quanto a negação da hipótese levantada.

## Notas

- <sup>1</sup> Este trabalho foi produzido em abril de 1998, tendo sido publicado inicialmente como “Relatório de pesquisa” pela Diretoria de Pesquisa e Difusão — ENAP.
- <sup>2</sup> Fonte: IBGE, 1996.
- <sup>3</sup> Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal n. 21, MARE, Brasília, janeiro de 1998.
- <sup>4</sup> Para visualização dos números absolutos e relativos dos dados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3, *vide* tabela 1.
- <sup>5</sup> Note-se, contudo, que ao se desagregarem os cargos de DAS nas suas categorias 101.x e 102.x, registram-se as únicas ocorrências onde as mulheres superam os homens: no DAS 102.1, elas atingem 62,25% do total dos cargos; e no DAS 102.2, o percentual alcança 54,58%.
- <sup>6</sup> Fonte dos dados ingleses: Serviço de Estatística Governamental, 1994, p. 593 apud HEDE, Andrew. “Women managers in the Civil Service: the long road towards equity in Britain”. *International Review of Administrative Sciences*, vol. 61, n. 4, dez. 95. Dados dos EUA, Austrália e Canadá, *id.*, *ibd.*

## Texto para discussão

### Números publicados

- Nº 1 - A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira  
*Luiz Carlos Bresser Pereira*  
maio/1995, 24 p.
- Nº 2 - A questão da estabilidade do serviço público no Brasil: perspectivas de flexibilização  
*Érica Máximo Machado e Lícia Maria Umbelino*  
julho/1995, 21 p.
- Nº 3 - Reflexões sobre a proposta da reforma do Estado brasileiro  
*Gleisi Heisler Neves*  
outubro/1995, 28 p.
- Nº 4 - Estado, aparelho do Estado e sociedade civil  
*Luiz Carlos Bresser Pereira*  
outubro/1995, 31 p.
- Nº 5 - Reforma administrativa e direito adquirido ao regime da função pública  
*Paulo Modesto*  
outubro/1995, 14 p.
- Nº 6 - A tecnologia da informação na reforma do Estado  
*Ricardo Adolfo de Campos Saur*  
julho/1996, 15 p.
- Nº 7 - Brasil século XXI - A construção de um Estado eficaz  
*Virginio Augusto Ferreira Coutinho e Maria Teresa Oliva Silveira Campos*  
agosto/1996, 24 p.
- Nº 8 - Desempenho e controle na reforma administrativa  
*Simon Schwartzman*  
setembro/1996, 22 p.
- Nº 9 - Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado  
*Luiz Carlos Bresser Pereira*  
outubro/96, 20p.

- Nº 10 - Qual Estado?  
*Mário Cesar Flores*  
novembro/96, 12p.
- Nº 11 - Governabilidade, governança e capacidade governativa  
*Maria Helena de Castro Santos*  
dezembro/96, 14p.
- Nº 12 - A modernização do Estado: as lições de uma experiência  
*Serge Vallemont*  
dezembro/96, 16p.
- Nº 13 - As escolas e institutos de administração pública na América Latina diante da crise do Estado.  
*Enrique Saravia*  
março/97, 18p.
- Nº 14 - Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão.  
*Francisco Gaetani*  
abril/97, 15p.
- Nº 15 - Cidadania e *Res publica*: a emergência dos direitos republicanos  
*Luíz Carlos Bresser Pereira*  
maio/97, 45p.
- Nº 16 - Novos padrões gerenciais no setor público: medidas do governo americano orientadas para o desempenho e resultados  
*Bianor Scelza Cavalcanti e Roberto Bevilacqua Otero*  
junho/97, 31p.
- Nº 17 - Controle interno e paradigma gerencial  
*Sheila Maria Reis Ribeiro*  
julho/97, 27p.
- Nº 18 - Agências Executivas: estratégias de reforma administrativa  
*Marcos Alonso Nunes*  
agosto/97, 37p.
- Nº 19 - Formação e capacitação na construção de um novo Estado  
*Evelyn Levy*  
setembro/97, 15p.
- Nº 20 - A reforma administrativa francesa: da crise da função pública a uma nova racionalidade da ação coletiva, uma difícil transição  
*Valdei Araújo*  
outubro/97, 26p.
- Nº 21 - Burocracia, capacidade de Estado e mudança estrutural  
*Tereza Cristina Cotta*  
novembro/97, 13p.

- Nº 22 - Utilizando a internet na administração pública  
*Cláudio Seiji Sato*  
dezembro/97, 25p.
- Nº 23 - Reforma administrativa e direito adquirido  
*Paulo Modesto*  
fevereiro/98, 25p.
- Nº 24 - Reconstruindo um novo Estado na América Latina  
*Luiz Carlos Bresser Pereira*  
março/98, 19p.
- Nº 25 - Desafios e oportunidades no setor de compras  
governamentais na América Latina e Caribe: o caso brasileiro  
*Carlos César Pimenta*  
abril/98, 23p.
- Nº 26 - Análise de macroprocessos na Secretaria de Recursos Humanos do  
MARE: uma abordagem sistêmica  
*Marcelo de Matos Ramos*  
maio/98, 23p.
- Nº 27 - Capacitação de recursos humanos no serviço público: problemas e  
impasses  
*Francisco Gaetani*  
junho/98, 27p.



## Cartão de assinatura da RSP

A *Revista do Serviço Público* — **RSP** é uma publicação da ENAP Escola Nacional de Administração Pública, cujo objetivo é promover a reflexão sobre temas ligados ao Estado, à Administração Pública e à gestão governamental. Reúne artigos de autores brasileiros e estrangeiros que apontam as tendências contemporâneas no debate sobre a área.

Para assinar a RSP, preencha este cartão e envie para o endereço abaixo por fax ou correio.

Periodicidade: trimestral  
Assinatura anual: R\$ 40,00  
Exemplar avulso: R\$ 12,00  
Exemplar avulso anterior a 1997: R\$ 8,00

Nome/Instituição:

CPF/CGC:

Endereço:

Cidade:

UF:

CEP:

Caixa Postal:

Telefone:

Fax:

### Tipo de solicitação

- Assinatura  
 Número avulso — Edição nº \_\_\_\_\_  
 Alteração de cadastro

### Formas de pagamento

1. Enviar cheque nominal em nome de: ENAP Escola Nacional de Administração Pública.
2. Enviar ordem de pagamento (anexar cópia do depósito) em nome de: ENAP Escola Nacional de Administração Pública, através do Banco do Brasil S/A — Agência: Asa Sul nº 3478-9 — c/c nº 55.595.006-9.
3. Enviar nota de empenho (anexar original) em nome de: ENAP Escola Nacional de Administração Pública  
UG: 114702 — Gestão: 11401

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Pesquisa e Difusão

SAIS — Área 2-A

70610-900 — Brasília, DF

Telefone: (061) 445 7095 — 445 7096

Fax: (061) 245 6189

<http://www.ena.gov.br>

e-mail: [publicacoes.ena.mare.br](mailto:publicacoes.ena.mare.br)